



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

7ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO E-GESTÃO DE 2018

ATA DE REUNIÃO	
Local	Data
Sala de Reuniões – 4º andar	24/09/18

1. Integrantes do Comitê
Exmo. Sr. Thenisson Santana Dória (Desembargador-Presidente do Tribunal e Coordenador do Comitê);
Exmo. Sr. Fabrício de Amorim Fernandes (Juiz do Trabalho Substituto e Vice-Coordenador do Comitê);
Lília Rocha Souza Rodrigues Moiteiro (Secretária-Geral da Presidência, Membro do 1º e 2º graus de Jurisdição)
Gabriela Melo Lima Rezende (Assessora do Gabinete do Exmo. Desembargador Thenisson Santana Dória, Membro do 1º e 2º graus de Jurisdição);
Mônica Oliveira Barreto (Assessora de Gestão Estratégica);
Deborah Puig Cardoso (Secretária da Corregedoria, membro do 1º e 2º graus de Jurisdição);
Mário de Oliveira Neto (Diretor de Secretaria, Membro do 1º e 2º graus de Jurisdição);
Luiza de Marillac Amazonas Cabral de Andrade (Chefe do Setor de Estatística, Membro da Área de Estatística)
Tadeu Matos Henriques Nascimento (Diretor-Geral);
Marcos Xavier de Almeida Barretto (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, Membro da Área de TI).
Obs.: Registram-se as seguintes ausências: Lília Rocha Souza Rodrigues Moiteiro (Secretária-Geral da Presidência, Membro do 1º e 2º graus de Jurisdição), em gozo de folga regulamentar; Gabriela Melo Lima Rezende (Assessora do Gabinete do Exmo. Desembargador Thenisson Santana Dória, Membro do 1º e 2º graus de Jurisdição), que se encontra em licença maternidade; e Mário de Oliveira Neto (Diretor de Secretaria, Membro do 1º e 2º graus de Jurisdição) que se encontrava adoentado.
2. Convidados
Exmo. Sr. Jorge Antônio Andrade Cardoso (Gestor de Metas e Ações Nacionais Prioritárias);
Exma. Sra. Vilma Leite Machado Amorim (Presidente eleita para o biênio 2018/2020);
Adriana Lima de Campos (integrante da Equipe da Exma. Sra. Desembargadora Vilma Leite Machado Amorim);
Alexandre Carmelo Agostini (Assessor da Presidência)
3. Pauta
3.1. Processo de Transição – Apresentação do Sistema e-Gestão à nova Diretoria;
3.2. Providências decorrentes da reunião anterior/Informes;
3.3. Situação das Remessas do e-Gestão 2018;
3.4. Proposta.

Em cumprimento ao disposto no ATO GCGJT Nº 5, de 16 de junho de 2014, o Grupo Gestor Regional do Sistema e-Gestão reuniu-se com vistas a discutir questões relacionadas ao Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão, conforme Pauta acima especificada.

O Desembargador Presidente e Coordenador do Grupo Gestor deu boas vindas, agradeceu a presença de todos; em especial, agradeceu a presença da Presidente eleita e de sua assessoria na reunião. Na sequência, declarou aberta a reunião, passando a palavra à Assessora de Gestão Estratégica, Mônica Barreto, que apresentou os itens da Pauta, destacou que qualquer dúvida no decorrer da explanação dos assuntos, estaria disponível para prestar os esclarecimentos necessários. As análises, observações e deliberações do Comitê foram registradas pela Secretária da Reunião, no item 4, abaixo.

mp

mp



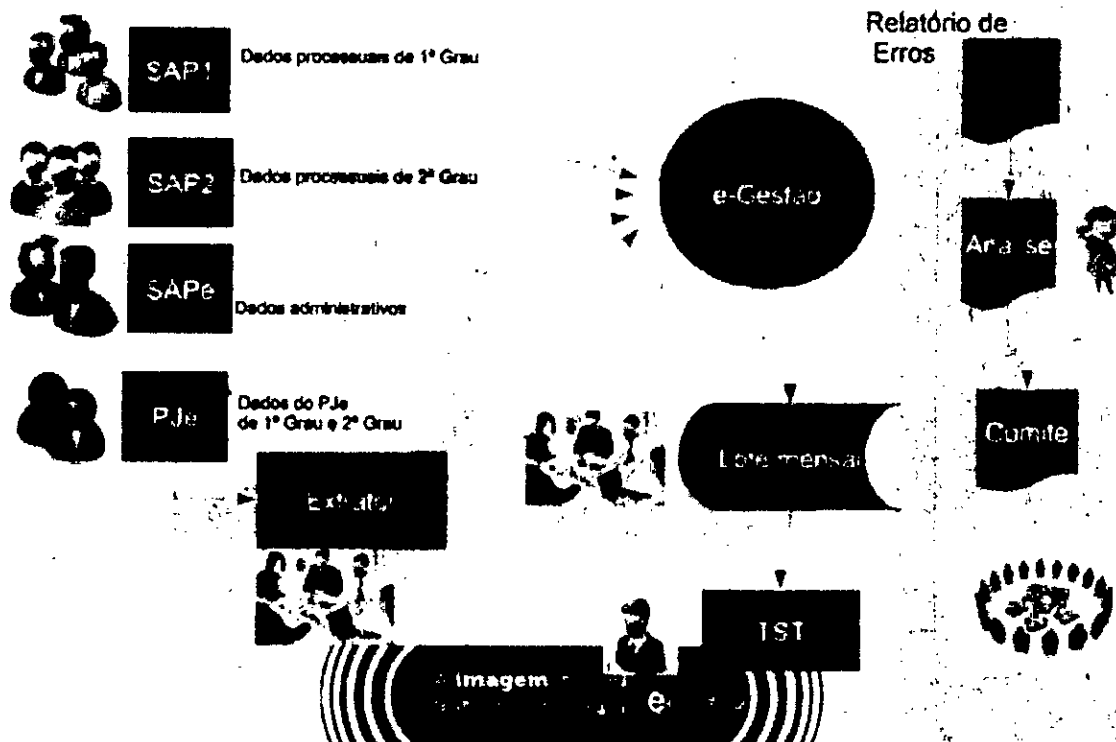
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

7ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO E-GESTÃO DE 2018

4. Análises, observações e deliberações

4.1 Processo de Transição – Apresentação do Sistema e-Gestão à nova Diretoria: Como de costume, bem como em função de previsão normativa de se proceder ao processo de transição, foi feita a apresentação do Sistema e-Gestão à Presidente eleita para o biênio 2018/2020 e a sua equipe. Mônica explicou que o e-Gestão constitui-se no Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho. Essa ferramenta, que substituiu os antigos boletins estatísticos, foi implementada em toda a Justiça do Trabalho para permitir o gerenciamento, a partir de uma mesma lógica. A lógica utilizada para se obter as informações sobre a atividade judicante de primeiro e de segundo grau é a da movimentação processual extraída dos sistemas legados (SAP1 e SAP2) e do PJe. Em relação à estrutura administrativa (de pessoal, basicamente - cargos e funções), os dados são extraídos atualmente do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho (SIGEP), que substituiu o Sistema de Administração de Pessoal (SAPe). Na oportunidade, explicou-se também o ciclo de geração dos dados mensais do e-Gestão. (remessas/lotens mensais) e transmissão para o TST, que está resumido na imagem abaixo:

Ciclo do e-Gestão



Marilac (Chefe do Setor de Estatística, Membro da Área de Estatística) complementou a informação no que diz respeito à captação dos dados do PJe que, diferente do SAP1 e SAP2, precisa do extrator para o Sistema e-Gestão, para apuração dos dados estatísticos. Assim, apesar de o novo manual do Sistema e-Gestão, versão 2.0, já se encontrar publicado, o extrator ainda não foi atualizado para atender às novas regras e itens divulgados no novo manual. Dr. Thenisson questionou sobre a necessidade de manutenção do SAP1 e SAP2 e lembrou que já havia sido aventada a possibilidade de desativação desses sistemas, devido a migração dos

Handwritten signatures and initials.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

7ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO E-GESTÃO DE 2018

processos físicos para o meio eletrônico, através do Projeto CLE. Mônica esclareceu que há, ainda, um resíduo de 735 processos em execução, que ainda não foram migrados; além disso, há processos na fase de conhecimento, que não são passíveis de migração, e outras situações de processos físicos, que estão tramitando no âmbito do Tribunal ou do TST, que ainda precisarão ser migrados para o Pje; também há processos que estão em arquivo provisório, que não foram objeto de migração neste momento, devem ser migrados, caso sejam desarquivados. Desta feita, haveria ainda a necessidade de permanência desses sistemas, tanto para a realização de movimentação processual como para o rastreamento desses processos para o e-Gestão. Mônica esclareceu que, mais adiante, na reunião, apresentará quadro resumo dos processos em execução, que estão pendentes de migração. Marcos Xavier evidenciou que, enquanto não se tem um único sistema de processamento judiciário e estatístico, existe a necessidade de se efetuar, eventualmente, manutenções e correções nos Sistemas Legados (SAP1 e SAP2). Em seguida, Mônica apresentou o caminho de acesso ao Sistema e-Gestão e ao SICOND (Sistema de Consulta a Dados Operacionais) pela Intranet e explicou que o SICOND, que foi elaborado pelo TRT 7, constitui-se numa ferramenta auxiliar de consulta aos dados estatísticos do Tribunal, que permite que sejam feitas consultas para se obter os resultados até o dia anterior. Após, ressaltou a importância do Sistema e-Gestão – e, por isso, a necessidade de melhoria contínua da consistência dos dados –, uma vez que se constitui na base de dados estatísticos de toda a Justiça do Trabalho. É a partir dos dados contidos no e-Gestão, que o Tribunal Superior do Trabalho extrai as variáveis e indicadores de desempenho dos Regionais (produtividade dos magistrados, prazo médio de duração dos processos, dentre outros). Além disso, eles são utilizados para a tomada de decisão, servem como fonte para instrução de processos de promoção de magistrados, criação de novas varas e cargos e de subsídio para o Justiça em Números, Produtividade dos Magistrados do CNJ, correções, dentre outras. Mônica contextualizou as competências do Comitê Gestor Regional, conforme previsto no ATO SGP.PR nº 002/2017, e sua composição mínima, definida pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT), no ATO GCGTJ nº 005/2014. Outras informações destacadas sobre o Sistema e-Gestão: a geração de remessas mensais/semanais, a partir de um processo automatizado (a remessa mensal é gerada no segundo dia útil para o 1º grau e até o oitavo dia útil para o 2º grau; a aplicação de regras de validação para os processos físicos; a extração de relatório de ocorrências/erros – tratamento/correção – para fins de se obter a aprovação da estatística; que o TRT 20 desenvolveu um pré-validador; a necessidade de realização de reuniões mensais do Comitê Gestor Regional (num mês é presencial e no outro é virtual), inclusive para aprovação de proposições de melhoria e correção de inconsistências no Sistema ao Comitê Gestor Nacional. Também apresentou as principais inconsistências eventualmente detectadas: aquelas decorrentes da movimentação processual, no sistema legado ou no Pje); incorreções no extrator de dados do Pje para o e-Gestão e incorreções na regra de extração de dados no Sistema Legado, essa última, no atual estágio, praticamente não tem sido identificada.

4.2 – Pendências decorrentes da reunião anterior/Informes: as pendências relativas às deliberações de reunião e informes estão mencionadas a seguir:

4.2.1 Andamento de ocorrências abertas no JIRA - Mônica informou a situação do andamento de ocorrências abertas no JIRA, mencionadas a seguir:

- EG-2224 – problema na diligência no 2º Grau – envio à Contadoria – processos Pendentes com o Relator – sem solução;
- EG-2335 – referente sugestão de melhoria no ambiente Wiki do Sistema e-Gestão – sem solução;
- EG-2336 - sugestão para apuração e disponibilização no ambiente do e-Gestão das novas variáveis do CNJ, referentes ao Justiça em Números – sem solução; e
- EG-2337 - sugestão para apuração e disponibilização no Sistema e-Gestão das novas variáveis do CNJ, referentes ao Módulo de Produtividade dos Magistrados – sem solução.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

7ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO E-GESTÃO DE 2018

Informou-se que os JIRAS estão abertos há algum tempo e permanecem sem solução; não há prazo para atendimento e, possivelmente, estão sendo priorizadas outras ocorrências que o comitê gestor nacional está entendendo como mais relevante. Marcos Xavier corroborou, informando que o Pje está sendo reescrito e atualizado esta é a prioridade no momento, por isso a demora na solução das ocorrências abertas.

4.2.2 Migração dos Processos Físicos para o Processo Eletrônico – em andamento – apresentou-se um resumo (vide quantitativo abaixo) da situação em 31/08/2018 dos processos pendentes de migração na fase de execução (item 99) das unidades judiciárias:

Processos Pendentes AGOSTO - RESUMO

UNIDADE	PASSIVO BRUTO	Execução Provisória	TRT (Recurso)	TRT (AP)	PASSIVO LÍQUIDO	Movimento 123.7	VARA	Não migrar?	JAE	SDMA
1ª Vara	38	1	0	3	34	1	23	1	9	34
2ª Vara	130	5	21	0	104	23	73	0	8	104
3ª Vara	184	4	9	0	171	0	155	1	15	171
4ª Vara	215	4	6	0	205	5	129	60	3	205
5ª Vara	101	3	11	0	87	3	72	0	12	87
6ª Vara	21	0	4	8	9	1	5	0	3	9
7ª Vara	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Estância	23	0	0	0	23	0	15	8	0	23
Itabaiana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lagarto	8	0	0	0	8	0	1	7	0	8
Marumim	61	2	2	1	56	1	52	3	0	56
Glória	8	0	0	0	8	0	7	1	0	8
Propria	31	0	1	0	30	0	30	0	0	30
TOTAL –	622	19	55	13	735	34	562	69	50	735

* Item 99 – situação em 31/8/2018.

Página 1

Mônica destacou que a Vara de Itabaiana não tem nenhum processo pendente de para migração desde o começo do ano. Apresentou o resíduo de 735 processos que faltam ser migrados, como também explicou que os processos físicos com execução provisória e os Recursos e Agravos de Petição em tramitação no TRT não podem ser migrados. A 3ª e a 4ª Varas do Trabalho de Aracaju são as que apresentam um quantitativo maior de processos a serem migrados. Dr. Thenisson evidenciou que o Projeto CLE estava previsto para terminar em cinco anos e que, em seis meses, o maior volume de processos já tinha sido migrado. Isto devido à sistemática adotada pelo Tribunal e da utilização de um robô para extração das peças do SAP1 para o Pje. Mas que ainda restava esse resíduo. Mônica informou que está marcada reunião no dia 05/10/2018 com os diretores das Varas e essa reunião poderia ser um bom momento para dialogar com os Diretores das Varas e verificar as necessidades ou identificar as dificuldades para migração desse resíduo. Dr. Jorge demonstrou preocupação de se prolongar o tempo para migração desses processos e propôs que se estabelecesse um prazo final. Diante do exposto, Dr. Thenisson propôs que o prazo final para migração do resíduo dos processos em execução, passíveis de migração, fosse novembro/2018. Que o cronograma, a necessidade de equipe de apoio ou outras providências seriam decididas após a reunião marcada com os



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

7ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO E-GESTÃO DE 2018

diretores para o dia 05/10, a partir da identificação de necessidades/dificuldades. Dr. Thenisson informou que seria feito o acompanhamento/monitoramento/dessa migração, para que, ao final de novembro, restasse um passivo mínimo. Proposta aprovada pelo Comitê.

4.2.3 Novas versões do Manual do e-Gestão – a implantação está suspensa; não há orientação técnica a esse respeito, nem previsão de liberação de versão compatível do Extrator pelo TST.

4.2.4 Nova versão do Extrator (2.4) – como já mencionado nas informações acima, não há previsão de liberação.

4.2.5 Periodicidade das Remessas do Sistema e-Gestão – mudança para remessas diárias – o ATO nº 9/GCGJT de 2018 prorrogou o prazo para 1º de outubro/2018 – às instruções técnicas ainda não foram disponibilizadas.

4.2.6 Módulo de Produção Mensal dos Magistrados/CNJ – informou-se que o CNJ criou novas variáveis e que o Comitê Gestor Regional apresentou proposta ao Comitê Gestor Nacional para apuração pelo Sistema e-Gestão; no entanto, essa proposição ainda não foi solucionada. Mônica relatou que o prazo previsto para retransmissão dos dados de janeiro a agosto/2018 da produção dos magistrados era o dia 20/09/2018, e o Tribunal cumpriu o prazo e já encaminhou os dados retroativos. Complementando a informação, a apuração foi realizada a partir de *scripts* desenvolvidos pelo TRT13 e validados pela AGE.

4.3 – Situação das Remessas do e-Gestão – as remessas do 1º e 2º grau encontram-se nas seguintes situações:

- 1º Grau – aprovadas as remessas de janeiro a agosto/2018;
- 2º Grau – aprovadas às remessas de janeiro a agosto/2018;

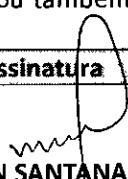
Está sendo mantida, portanto, a sistemática de aprovação das remessas no mês seguinte ao de referência.

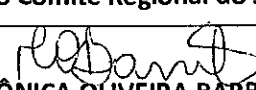
4.4 – Proposta – Mônica apresentou a necessidade de se encaminhar ao Comitê Gestor Nacional a seguinte proposta:

4.4.1 Proposta de Abertura de Ocorrência no JIRA - proposta de inclusão no 2º grau, como movimento de baixa dos Itens que dizem respeito aos Processos Pendentes com o Relator – no Prazo e Prazo Vencido -, as novas hipóteses/movimentos de suspensão incluídas no Pje. Proposição aprovada pelo Comitê Regional para encaminhamento ao Comitê Nacional, através do JIRA.

Nada mais havendo a ser tratado, Dra. Vilma, presidente eleita, parabenizou a equipe da AGE pela condução dos trabalhos e da reunião. Dr. Thenisson confirmou também a satisfação dos trabalhos desenvolvidos pela AGE e declarou encerrada a reunião.

Assinatura


THENISSON SANTANA DÓRIA
Desembargador-Presidente
Coordenador do Comitê Regional do Sistema e-Gestão


MÔNICA OLIVEIRA BARRETO
Assessora de Gestão Estratégica
Secretária da Reunião

